

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

Os cinco milhões de alunos da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo enfrentam muitas dificuldades para gozar daquele que é o mais legítimo dos direitos de uma ordem democrática: um ensino público sério e de qualidade. Neste ano, ao longo do primeiro semestre, foram 79 dias de uma greve de professores, a qual prejudicou o calendário escolar, confundindo em um mesmo caldeirão de irresponsabilidades a greve, as reposições "oficiais" e as férias. Quando isso terminou, e se poderia dizer que a escola pública de São Paulo voltaria à normalidade com aulas previstas e cumpridas, alunos e pais tomaram conhecimento de dois novos problemas: primeiro, não se encontravam professores dispostos a trabalhar pelo salário que a administração Orestes Quêrcia pretende pagar; segundo, motivos não educacionais derrubaram o secretário da Educação Chopin Tavares de Lima, *abrindo vaga*, para quem conhece a solução mágica para os problemas educacionais dos paulistas.

O deputado estadual Wagner Rossi é politicamente ligado ao governador, e na primeira distribuição de cargos da atual gestão aceitou a consolação da Secretaria

de Esportes e Turismo... Necessidades políticas de momento, envolvendo acomodações nas muitas ambições eleitorais da região de Ribeirão Preto, construíram a oportunidade do deputado Rossi colocar em prática as muitas idéias de seu passado acadêmico. Como deferência especial, coube ao governador Quêrcia, em entrevista coletiva, anunciar a última novidade de sua administração: "O deputado Rossi vai municipalizar o ensino de São Paulo". Para o novo secretário, "a Educação em São Paulo exige soluções não convencionais", justificando a municipalização com a necessidade de "restabelecer os vínculos da comunidade com a escola". Pode concluir-se que exigências de não convencionalidade são suficientes para equacionar todos os problemas resultantes da transferência de quase seis mil escolas, 200 mil professores, 45 mil funcionários, cinco milhões de alunos para 572 municípios, a maioria deles com insolúveis problemas de falta de recursos financeiros?

A solução do secretário Rossi para os problemas educacionais de São Paulo traz consigo, como toda mágica, muitos riscos. O pri-

meiro deles é orçamentário, e com certeza a medida tornará menor a disponibilidade de recursos, que estão muito aquém das necessidades mínimas da educação paulista. O maior dos riscos, porém, é ideológico, envolvendo até mesmo as opções políticas radicalizadas expressas em trabalhos acadêmicos do novo secretário. Em tese, como um dia gostou de escrever o pós-graduando Wagner Rossi, a descentralização aproximará a escola da comunidade. Sem dúvida, porém, na prática, afastará os que freqüentarem esta escola municipalizada de uma evolução educacional que permanece centralizada e ainda é convencional, apesar do que pensa o novo secretário. Descentralizar a escola equivale também a eliminar o conteúdo programático normativo, que hoje é comum ao Estado, especialmente no segundo grau — isto, acreditando que o núcleo comum das disciplinas básicas é cumprido, como determina a lei. Ora, isso feito, não se condenará o aluno a concluir o curso sem ter condições mínimas para integrar-se numa sociedade que não é municipal? Que oportunidades iguais estarão sendo construídas na hora de selecionar os melhores para o ensino superior?

Essas preocupações não são as do autor da tese *Raízes da Educação Socialista*, que agora chega ao comando da Secretaria da Educação de São Paulo. Municipalizar o ensino acontecerá paralelamente a um processo de pulverização dos conteúdos, favorecendo sem dúvida a ideologia e não a educação. Não deve passar despercebido que a Secretaria de Educação do Município de São Paulo imediatamente aceitou receber o espólio das 900 escolas estaduais da Capital, o que indica que os critérios do sr. Paulo Freire poderão dominar o ensino público de São Paulo. O chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação paulistana ofereceu o seu aval para o novo secretário da administração Quêrcia: "No campo teórico está preparado para assumir a Educação do Estado". Pano rápido!

É verdade que a "fé municipalizadora" do deputado Wagner Rossi padece de oscilações, como a ocorrida há 20 dias na Constituinte paulista com um violento discurso contra a municipalização... É verdade que os primeiros 16 prefeitos reunidos para discutir a novidade concluíram que o Estado "não é um parceiro confiável", especialmente quando o item orçamentário é Educação.

DIÁRIO POPULAR

● Professores

Os professores da rede particular de ensino de São Paulo discutem no próximo sábado, às 14 horas, em assembléia na sede do Sinpro (rua Borges Lagoa, 190), as medidas que a entidade pretende adotar para o efetivo cumprimento pelas escolas dos dissídios julgados em maio (1.º e 2.º graus) e junho (3.º grau). Segundo o diretor do Sindicato, Luís Antônio Barbagli, cerca de 50% das 2.400 instituições privadas de ensino do Estado não vêm respeitando na íntegra o acordo coletivo. Dentre as cláusulas, estão a eleição do delegado sindical com estabilidade; piso salarial (12% do salário mínimo de referência por hora-aula); e aviso prévio de cinco dias por ano trabalhado, além dos 30 dias estabelecidos em lei. Na assembléia, será dado também o pontapé inicial para a campanha salarial de 1990.

AGENDA DE EDUCAÇÃO

FOLHA

DIREITO - A Faculdade de Direito da USP (lgo. São Francisco, centro) realiza amanhã, às 10h, uma sessão solene em

da instituição, em seu salão nobre. O ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Francisco Rezek, falará sobre a Justiça

Universidade Estadual Paulista em Rio Claro inscreve até 17 de agosto para cursos de mestrado e doutorado em gerontologia. Informa-

(0195) 34-0122.

CONCURSO - O A Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista em Marília

agosto para curso de professores para as disciplinas "Metodologia do Trabalho Científico" e "Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1.º e 2.º

ções pelo tel. (0144) 33-1844.

Correspondência para esta seção deve ser enviada para o al. Barão de Limeiro, 425, 4.º andar. CEP